



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005194-90.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Crédito Tributário**
 Requerente: **Dinho Automóveis São Carlos Ltda**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, ajuizada por **Dinho Automóveis São Carlos Ltda** contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídico-tributária quanto aos veículos GM/Kadett GLS, placas CYC-1111, GM/Ômega GLS, placas BKN-6464 e VW/Gol GLI 1.8, placas GZQ-3838, referente aos IPVAs de 2011 a 2013, sob o fundamento de que os vendeu, respectivamente, em 01/06/2009, 28/01/2009 e 30/01/2009, ao Banco Finasa BMC S/A, Lucas Montanha e Tiago Leite da Silva, que não promoveram a regularização da transferência de propriedade junto ao DETRAN. Aduz que, mesmo tendo procedido à comunicação da venda dos referidos veículos, está sendo indevidamente cobrada por débitos de IPVA, cujos fatos geradores ocorreram após a alienação dos bens.

Requeru a antecipação dos efeitos da tutela para que seja determinada a suspensão dos efeitos dos protestos das CDA's nº 1.110.022.525, 1.110.022.436, 1.122.956.530, 1.122.956.520, 1.114.428.602, 1.129.322.952, 1.133.385.178 e 1.155.589.128, bem como a suspensão da divulgação de seus dados no Cadin Estadual.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 10-43.

Foi indeferida a liminar (fls. 44-45), seguida por agravo de instrumento (fls. 57-70), ao qual foi dado efeito ativo (fls. 78).

O autor apresentou embargos de declaração (fls. 51-53), ao qual foi negado provimento.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo ofereceu contestação (fls. 88-99) na qual sustenta, em síntese, que: I) a autora não comunicou a venda aos órgãos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

competentes, figurando ainda como proprietária do veículo; II) as notas fiscais não têm a assinatura dos compradores e não comprovam a alegada tradição dos veículos; III) o bloqueio junto ao Detran foi feito somente no corrente ano; IV) ao vendedor incumbe o ônus de comunicar a transferência dos veículos; V) não pode ser oposta convenção particular para uma transferência formal.

Juntou documentos às fls. 100-134.

Houve réplica (fls. 136-141).

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido não comporta acolhimento.

Inicialmente, cumpre salientar que a venda de automóvel é um ato formal, na medida em que, para a efetivação da transferência, há a necessidade de assinatura, com firma reconhecida, do Certificado de Registro de Veículo (CRV).

Uma vez alienado o veículo, há a transferência de propriedade, com a consequente subrogação de direitos e deveres concernentes à própria relação de direito consubstanciada.

Assim, a cada sujeito que celebre a tradição de um bem móvel, cumpre satisfazer os respectivos encargos tributários, determinados em razão da detenção, eis que criada nova relação material.

Nota-se que a parte autora não trouxe aos autos cópias dos CRV's dos veículos descritos na inicial a fim de que fossem comprovadas as transferências dos referidos bens. As notas fiscais de fls. 34, 36 e 38, por si sós, não comprovam as transferências dos bens para os mencionados adquirentes.

Assim, por não ter comprovado a alienação do veículo e não ter adotado todas as cautelas necessárias após a referida venda, no sentido de comunicar a alienação ao Detran no prazo de 30 dias, conforme prevê o art. 134 do CTB, possui a parte autora a responsabilidade solidária pelo pagamento dos tributos devidos até a adoção desta formalidade.

A comunicação de venda, inclusive, só seria possível com a juntada do DUT, devidamente preenchido e com firma reconhecida, o que não se vê nos autos. Nessa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

situação, não se pode transferir o ônus à FESP de ficar investigando quem está na posse do veículo atualmente.

Ademais, estabelece o artigo 4º da Lei 6.606/89, em seu artigo 4º, as hipóteses de solidariedade na responsabilidade pelo pagamento do imposto:

- I. o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;*
- II. o titular do domínio e/ou o possuidor a qualquer título;*
- III. o proprietário de veículo de qualquer espécie, que o alienar e não comunicar a ocorrência ao órgão público encarregado do registro e licenciamento, inscrição ou matrícula, na forma do artigo 18.*

Resta à autora, em tese, se voltar contra os adquirentes, no Juízo competente para analisar ações envolvendo particulares.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido.

Condeno a autora a arcar com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos reais e setenta reais).

Comunique-se a Superior Instância, pela internet, com urgência.

P. R. I

São Carlos, 04 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**